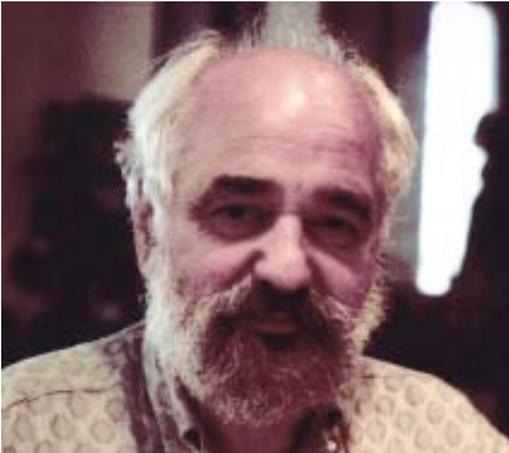


LIBERDADE DA MEMÓRIA – UMA ENTREVISTA COM HENRI-PIERRE JEUDY

Henri-Pierre Jeudy



Henri-Pierre Jeudy

Doutor em sociologia da arte e em ciências sociais. Professor na Universidade de Strasbourg e Sorbonne, participa da direção do Laboratoire d'Anthropologie des Institutions et des Organisations Sociales na Maison des Sciences de l'Homme, em Paris. Sua obra se diversifica em uma gama variada de temas, tais como a mídia, o pânico, a violência, as memórias coletivas, a gestão do patrimônio, as artes.

A presente entrevista, realizada e traduzida por Elane Ribeiro Peixoto¹, deu-se em Paris, no ano de 2001. As questões propostas a Jeudy centraram-se na leitura de seus livros: *Memórias do social*, *Patrimoine en folie* e *La Machinerie Patrimoniale*². A dinâmica da entrevista se deu não na forma de perguntas, mas na sugestão de temas desenvolvidos livremente. Assim, destacam-se, no autor, algumas de suas posições teóricas sobre a visão de modernidade, os paradoxos expostos no par “*patrimônio e memória*” e as reflexões sobre a identidade e os estereótipos.

(1) Elane Ribeiro Peixoto é professora da Universidade Católica de Goiás, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Edifício e da Cidade (NEPEC). A entrevista que se apresenta é parte da pesquisa realizada para o doutorado, intitulado “Arquitetura na *Revista Projeto* (1980-1995). Identidade – Memória – Não-Lugares”, orientado por Júlio R. Katinsky e defendido na FAUUSP, em setembro de 2003. A tradução do texto teve por revisor Christophe Cromer.

(2) JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Tradução de Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

_____. *Patrimoines em folie*. Paris: Ed. De la Maison des sciences de l'home, 1990.

_____. *La Marchinerie patrimoniale*. Paris: Sen & Tonka, 2001.

O franco atirador...

Sou sempre apresentado como um sociólogo, mas, de fato, minha formação é em filosofia e nunca estive, particularmente, determinado a praticar uma sociologia empírica.

Minha reflexão se sustenta no entrecruzamento entre fatos de ordem local e de ordem mundial. Não gosto de prender-me às questões focalizadas em pequenos territórios, a não ser que assumam uma escala mundial. Posiciono-me de forma semelhante em relação aos acontecimentos hoje considerados inexistentes porque foram produzidos pela mídia. Assim, interesso-me pelos acontecimentos na medida em que tenham uma ressonância em uma escala de grandeza mundial; não disse mundialização, disse mundial.

É por essa razão que não posso praticar uma sociologia cristalizada em objetos muito determinados e que se encontra próxima de uma atitude etnográfica. Para mim, as disciplinas são formas de abordagem. Interesso-me pela lingüística, psicologia, como também pela filosofia, embora esta não seja, de fato, uma disciplina, o que a torna mais interessante, pois não pode, verdadeiramente, ser definida como uma ciência social. Interesso-me pela psicanálise porque se abre à transdisciplinaridade, possuindo modos de abordagem e análise que não são dominados pelos modelos disciplinares. Recorro a diferentes disciplinas, utilizando-as de maneira livre, às vezes, exageradamente livre, a tal ponto de sofrer reprovação. Porém, essa liberdade me permite escapar à prisão do modelo. Atualmente, as ciências sociais são cada vez mais compartimentadas, segundo os objetos que estudam e, sobretudo, segundo os modelos de análise que empregam. Por essa razão, de maneira

geral, sou considerado, no universo intelectual das ciências sociais, como um franco atirador; o que significa não pertencer a uma escola e se dispor a ensaiar uma forma de aproximação teórica relativamente livre em relação às tendências.

Certamente, fui influenciado por tendências, as de maior importância são ligadas à filosofia e não às ciências sociais. Na filosofia, fui marcado pela tradição fenomenológica, por outra mais antiga, o nominalismo, com seus autores ingleses como Hobbes e, por fim, por uma tradição filosófica muito violenta e céptica, como a de Nietzsche. De fato, minhas abordagens são nutridas por um cepticismo ofensivo, avesso a aceitar as interpretações que podem ser impostas pelos sociólogos.

A teoria como uma aventura – é necessário ser aventureiro

O que importa é a idéia de uma aventura da teorização: a construção teórica, para mim, é antes de tudo uma aventura – é preciso ser aventureiro. Porém, atualmente, os quadros institucionais e a dinâmica das pesquisas em ciências sociais abolem completamente a possibilidade dessa aventura teórica, o que é cada vez mais uma catástrofe. Há 30 anos, as ciências humanas se confrontavam aos dispositivos ideológicos como o marxismo, o estruturalismo. As implicações críticas dessas interpretações sociológicas encontravam resistências, como os grandes sistemas, o estruturalismo de Levi-Strauss, por exemplo. Atualmente, os modelos teóricos se tornaram metodológicos. Confundem-se teoria e metodologia; a teoria é reduzida a um processo metodológico e contenta-se com essa redução, não há mais uma possibilidade para a aventura de uma construção teórica.

É a razão pela qual a transdisciplinaridade, hoje, soa falsa, pois trata de relações entre diferentes disciplinas que realizam trocas metodológicas. De fato, não há, verdadeiramente, uma transdisciplinaridade que seria ativa e, sobretudo, um risco. A confrontação de disciplinas deve ser um risco. Hoje, as trocas disciplinares se fazem de uma maneira institucional, protegendo cada disciplina: não há mais risco a correr.

Há sempre, no interior do modo de pensar teórico, uma tendência a elaborar um sistema. Porém, todo sistema teórico permanece em “suspense”. Há, implicitamente, qualquer coisa sistemática em um pensamento teórico, mas, ao mesmo tempo, o que tende à sistematicidade é também o que permite ao pensamento teórico se autodestruir – o que significa evitar a configuração de um sistema determinado, absoluto e intemporal.

A vontade de sistematizar é necessária, mas, ao mesmo tempo, perigosa: é preciso voltá-la contra si própria, a fim de evitar um sistema definitivo, o qual se imporá como um modelo teórico, um modelo institucional de investigação que tem por vocação ser repetitivo.

Sou particularmente interessado na questão do estereótipo. De fato, pode-se falar de estereótipo na construção teórica – há estereótipos em teoria: o uso de certas palavras e conceitos. Mas, ao mesmo tempo, a aposta é fazer esses estereótipos se movimentarem. Não se pode abandoná-los porque são conceitos os quais não cessam de serem ativados, porém, não são definitivos. A cada vez, há sempre uma reconceituação do conceito. O estereótipo é, simultaneamente, fascinante, porque é o pensamento construído, mas clama por sua desconstrução como um imperativo para pensamento.

... esta palavra modernidade não designa coisa alguma

Essa palavra modernidade é, para mim, incômoda. Utilizo-a muito pouco, desejaria, talvez, jamais utilizá-la. Essa palavra, da qual não gosto, adquiriu significados diferentes com os termos pós-modernidade ou hipermodernidade.

É o problema dessas palavras que querem designar, ao mesmo tempo, algo que já passou e a metamorfose de uma sociedade ou sua atualização, que permanece muito indefinida. A cada vez que se constrói uma frase e adiciona-se, ao final, “é a modernidade”, parece-me uma atribuição de sentido, a negação de uma aventura teórica. Modernidade ou pós-modernidade se tornam categorias de classificação daquilo que se vê e se analisa. Uma classificação muito fácil e confortável, equivalente à assinatura de um quadro: faz-se um quadro da sociedade sobre a modernidade. É verdade que essa palavra é, a cada dia, menos utilizada porque supõe uma flutuação semântica inacreditável.

A passagem para a modernidade implica sempre uma referência à idéia clássica de oposição entre tradição e modernidade. Um dos melhores exemplos é o discurso sobre o Japão. Há alguns anos, certos antropólogos tentaram mostrar como a sociedade japonesa sabia conjugar, dialeticamente, a tradição e a modernidade. Esses antropólogos insistiram na relação entre conservação das tradições e uso de tecnologias de ponta para demonstrar como se dá a aliança e a harmonia entre tradição e modernidade, na sociedade japonesa. A demonstração não é convincente porque é sempre fácil ver como as tradições se misturam à modernidade – o que se pode verificar com a noção de patrimônio. Este é, ao mesmo tempo, um produto da tradição e de projeção dessa para o futuro, graças à assimilação de uma modernidade sempre prospectiva. Penso em termos tais como: “patrimônio do futuro”, “patrimônio do amanhã”, para bem demonstrar que o patrimônio, quinta-essência simbólica das tradições, será projetado no tempo presente e futuro. Para mim, a palavra “modernidade” não designa coisa alguma: é um estereótipo conceitual.

Mas, ao mesmo tempo, ela é ambígua pois não se faz outra coisa que estudar a modernidade. O que faço, se não estudar a modernidade? Simplesmente não me sinto à vontade com essa categoria de representação que poderia conduzir

meu modo de observação ou de análise. Não quero ter em mente essa categoria a qual determinaria o desenvolvimento do pensamento. Tento resistir à sua utilização. Se me perguntam sobre a relação clássica entre as duas palavras: tradição e modernidade, o que vejo é um efeito de colisão e entrelaçamento. Quero evitar o seguinte quadro: há aqueles que querem absolutamente ser modernos e estão dispostos a sacrificar as tradições, e, por outro lado, os nostálgicos, porque há uma grande quantidade de “coisas” presas em processos de patrimonialização, as quais desaparecerão. Essas figuras de representações coletivas não revelam o que, de fato, se passa. O termo colisão é muito mais interessante visto que não se pode sempre atingir, de forma objetiva, as metamorfoses de uma sociedade. Têm-se elementos e signos de metamorfose. Pode-se ser capturado por esses signos, mas é difícil crer em uma interpretação monolítica e estática no interior da qual se mostra, com clareza, como as tradições se transformam em signos de modernidade.

Prefiro a palavra metamorfose

Prefiro a palavra “metamorfose” porque permite descrever melhor as modalidades de transformação de uma sociedade. Não é uma categoria, é necessário que o ponto de vista adotado seja aberto à sua própria metamorfose. Construindo quadros da sociedade, adota-se um só ponto de vista de interpretação e o sociólogo termina por elaborar sua própria forma de flexibilidade. Esses quadros podem se modificar à medida que o tempo passa e segundo os acontecimentos. A idéia de representação cênica e petrificante enerva-me. O que me interessa mais é a destruição desse quadro, sua autodestruição. Não se trata de uma desestabilização decorrente de uma mudança de ponto de vista. Este, em si, é preso em um processo de anamorfose. Esse movimento é interessante e penso que permite, a um sociólogo, evitar somente a produção de modelos de análise ou quadros da sociedade, porque a metamorfose se dá na confrontação entre os pontos de vista desestabilizados e os objetos, os acontecimentos que se alteram todo o tempo.

A escritura que mergulha na incerteza

Se há uma continuidade em tudo que já pude escrever, deve-se ao fenômeno da “visão” – a supor o sujeito alucinado pelo que olha. É talvez dessa maneira que se pode encontrar uma ironia das “coisas”. Aquilo que se vê ou analisa confunde também a maneira de ver e analisar. Se penso ter uma escritura afirmativa – é uma afirmação a qual mergulha no cerne da incerteza. Tudo o que advém no interior da metamorfose de uma sociedade suscita uma reinterpretação constante a apresentar-se de tal maneira na qual a ironia se torna mais do que ela mesma, o real em si. Trata-se de uma ironia objetiva, fruto da tensão daquilo “que se produz” e o modo de interpretação. Uma ironia que pode retornar contra o sujeito da interpretação.

A memória tem mais de um truque na cartola

Um campo fundamental de interrogação continua a ser, para mim, o das memórias. Há, primeiramente, uma oposição muito dinâmica entre memória e patrimônio. O patrimônio é uma empresa de representação da memória, uma construção de “coisas” da memória.

É mais fácil explicar o termo patrimônio porque trata de uma ordenação das memórias – uma ordenação representativa de comunidades, com uma finalidade comemorativa. O patrimônio como gestão das memórias coletivas não cessa de antecipar, de construir as memórias futuras. Há, portanto, um jogo de antecipação que torna o patrimônio não mais um tema exclusivo de conservação, mas o relaciona à construção da conservação. O que deve permanecer em memória para o tempo futuro? As memórias coletivas resistem aos processos de conservação que terminam sempre por petrificá-las, impondo modelos?

O funcionamento da memória guarda semelhança com o inconsciente. As temporalidades da memória, por exemplo, podem ser abordadas da mesma maneira que se interroga sobre as temporalidades ou ausências dessas no inconsciente. As formas de temporalidade que aparecem nas imagens dos sonhos supõem efeitos

de condensação rápidos, de simultaneidade temporal – o passado, o presente e o futuro. Não posso separar a interpretação dos fenômenos de memória do contexto de interpretação dos fenômenos do inconsciente, particularmente, o do sonho. Por essa razão, quando me refiro à memória não empreendo processos de análises muito mais apropriados aos trabalhos antropológicos e sociológicos.

O que me interessa na questão da memória é a velocidade de irrupção das imagens. A rapidez em que aparecem e desaparecem não serve à fabricação do objeto patrimonial. A memória pode escapar à construção patrimonial, mas, ao mesmo tempo, estimula-a. Porém, é verdade que a organização patrimonial tende a retomar, por ela mesma, as construções da memória sob o modo temporal da simultaneidade, nas tentativas de *mise en scène* unificadoras do passado, presente e futuro. A gestão patrimonial se preocupa sempre em mostrar que o passado é projetável no futuro e a temporalidade patrimonial dominante corresponde à maneira de utilização do passado representado, encenado, sob uma forma projetiva para o futuro, tendo, por fim, sua transmissão. Porém, ao mesmo tempo, o ato de utilização do passado a fim de assegurar uma transmissão patrimonial é exposto pela ação patrimonial. O perigo exercido pela ação patrimonial é o de petrificação do passado em nome de sua projeção no futuro: é o que chamo “petrificação”. Há uma espécie de ilusionismo de atualização patrimonial no jogo temporal que consiste em associar sempre esta reestruturação do passado em uma perspectiva futura. É a produção de “um efeito de presente”, em outros termos, uma atualização. Esse mecanismo de gestão do tempo é copiado dos mecanismos do sonho. Contudo, é deslocado, petrificado, enquanto no sonho, ao contrário, existe uma labilidade das imagens tão potente, que não se pode jogar com a repetição temporal a qual permitiria a integração de seu conteúdo. Mas admitamos possível guardá-lo na memória; entretanto, o que se conserva do sonho, quando as imagens desaparecem, é um substrato que permite recontá-lo e tecer uma narrativa.

Para mim, a memória tem uma liberdade extraordinária em relação ao tempo, enquanto o patrimônio – reduzo um pouco as “coisas” – tem uma condução inversa, utiliza-se de uma gestão do tempo para dispor a memória em ordem. A gestão patrimonial é uma gestão espacial da temporalidade.

O espaço patrimonial se inscreve nos lugares, nos monumentos que oferecem representações fortes, públicas e coletivas do patrimônio. A gestão do tempo é, em minha opinião, mais importante. Uma não implica na outra; não obstante, é evidente que se a gestão territorial é feita patrimonial, faz-se também a gestão do tempo. A análise da gestão temporal é mais complexa, mais sutil, não é percebida, de fato, enquanto a gestão territorial o é.

Parte de minha ingenuidade advém do fato de sempre acreditar e continuar a acreditar, como uma criança, que a memória vencerá o patrimônio. No momento em que o patrimônio se sujeitar a todas as memórias coletivas, o mundo será um gigantesco museu. O excesso de patrimonialização e o gigantesco processo de conservação prospectiva provocam a memória, impondo-lhe um desafio. A memória tem, ainda, mais um truque na cartola. Há, de fato, formas de desvio, de resistência da memória ou mesmo formas de caricatura irônica, etc. Não tenho uma visão pessimista de tudo isso: pensar que o mundo será petrificado, não significa, entretanto, dizer que todas as memórias são cativas. Não tenho uma visão negativa e pessimista, as memórias têm sempre mais um truque guardado na cartola. Não são jamais totalmente cativas – captadas, certo, mas não cativas.

Sobre a auto-estrada: os pictogramas

A identidade é uma questão difícil. Parto de um princípio: a maior parte dos etnólogos que trabalham sobre seus territórios nacionais, como os franceses na França, confrontados com a questão do patrimônio, submeteram suas investigações à categoria dominante da identidade própria à construção patrimonial. Desenvolveram modos de investigação territorial dos patrimônios locais, sob a forma de

savoir-faire e o fizeram guiados por um plano imediatamente identitário.

Os etnólogos utilizaram as mesmas estratégias de conservação, com finalidade identitária, que os políticos locais. Dispuseram-se na defesa das perdas das memórias coletivas em nome de uma identidade a qual podia, por sua vez, ser perdida. Assim, os etnólogos, os políticos, os gestores da cultura se reúnem em um mesmo propósito. Seria justificativa pela reestruturação da produção industrial e agrária dos anos 70 e 80 que se caracterizavam pela emergência de novas tecnologias? A salvaguarda patrimonial de regiões, sob o impacto dos avanços tecnológicos e de risco de despovoamento, abria uma perspectiva para a identidade ameaçada. Porém, essa identidade não era verdadeiramente ameaçada. A salvaguarda patrimonial se fundava, na época, na idéia de resistência ao desmoronamento de uma região. Emergiu, então, essa ideologia militante cristalizada em torno da defesa de identidades locais. Não seria essa atitude uma posição conservadora a apresentar-se sobre o disfarce de vanguarda? Os etnólogos defendiam a imagem identitária da região onde se encontravam, no contexto de nascimento da ecomuseografia. Trinta anos mais tarde, o problema resultou um pouco catastrófico, o patrimônio se reduzia localmente à folclorização, com as festas, no curso das quais eram reconstituídas formas de vidas passadas. A via, seguida pela defesa de identidade local de uma sociedade em metamorfose, terminou por se traduzir em uma forma patrimonial passadista. A mobilização em defesa de identidades foi um erro dos etnólogos. A defesa identitária é uma simplificação excessiva do sistema de conservação patrimonial. Os etnólogos utilizaram o termo – na retransmissão dos *savoir-faire* – “marcador” para guardar os signos que se repetem de maneira tradicional, em determinada região. Os mesmos etnólogos poderiam ter se servido de outras modalidades de olhares aprendidos no trabalho, em situações de decalagem exótica.

Atualmente, a defesa identitária, por seus excessos, produz seus próprios efeitos de ironia.

Penso onde estive nesse verão. Na Dordogne, encontrei anunciado em um cartaz: “*Turistas, ajudem-nos a salvar nosso chauvinismo!*”. Esta frase só poderia ser interpretada ironicamente. O que quer dizer: vocês que chegam em férias nessa região saibam que o que nos importa é nossa identidade. É dela que vocês gostam, cabem a vocês protegê-la. Temos uma identidade para vocês insuportável, porque é muito forte, porém o fato de ser insuportável torna-a admirável. O excesso de identidade pode tornar-se insuportável; ao mesmo tempo, talvez seja uma fonte de júbilo. Sobre as auto-estradas também, há pictogramas identitários. Pode-se imaginar, ao chegar em Auvergne, avistar a cabeça de um habitante local. Mas como escolher essa fisionomia eterna? Essa exaltação de identidade não aparece, no momento em que as sociedades estão em um forte processo de metamorfose? Ou como pensa o historiador Alain Corbin, no final do século 19, pode-se perguntar se a conservação identitária não seria um fenômeno de fim de século. Diante de uma dimensão futurística e inquietante da passagem de um século ao seguinte, teríamos movimentos de retomada identitária.

O fenômeno identitário propõe questões complexas nas grandes aglomerações cujo destino é serem multiculturais. Essa palavra, utilizada na França, designa uma pluralidade de identidades, é concomitante com a mestiçagem e mascara a realidade. Sabe-se que há uma violência terrível..., o que é curioso. Apesar de considerar qualquer cidade, para mim, violenta por excelência, creio ser esse o motivo que nos atrai. Por essa razão, adoro a cidade do Rio.

Nas grandes cidades, as estratégias políticas atuais na Europa referem-se à experimentação da coexistência dos signos identitários de várias culturas, gerenciando-os de maneira harmoniosa – a laicidade, por exemplo, a interditar o uso do véu, nas escolas – os quais suscitam questões polêmicas. O problema que se apresenta aos políticos é como encontrar uma espécie de harmonia, de equilíbrio instável entre reconhecimento de signos identitários de todas as culturas presentes em uma cidade...